

**A ESTADUALIZAÇÃO DA HIERARQUIA
ECLESIASTICA NO BRASIL:
política e poder na relação Estado/Igreja
durante a República Velha (1889-1930)**

Edgar da Silva Gomes*

Este texto tem como objetivo apresentar o percurso que está sendo tomado na pesquisa sobre os caminhos que o catolicismo fez durante a República Velha para se reestruturar política e economicamente, após perder suas “regalias” como religião oficial do Brasil. A preocupação em realizar esta pesquisa foi “despertada” pelo estudo de Sérgio Miceli sobre a “elite eclesiástica brasileira”, onde ele nos oferece uma das mais precisas reflexões sobre a política eclesiástica para retomar seu lugar no jogo político brasileiro. Ângela Maria de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira em um balanço historiográfico, consolidam a idéia de que na República Velha, temos um momento-chave, não só para a compreensão da história do catolicismo no Brasil, como também para a apreensão das marcas que, ele imprimiu na sociedade brasileira e seus embates com o Estado. Thales Azedo, em seu livro *A religião civil brasileira: um instrumento político*. Petrópolis, Editora Vozes, ao comentar a historiografia produzida nos últimos anos no Brasil sobre as instituições religiosas aponta alguns estudos que estão sendo realizados, mas como falar de uma variada gama de assuntos sem ter clara a forma como o catolicismo se reestruturou institucionalmente. Vejamos alguns temas abordados:

A historiografia [...] têm dedicado atenção nos últimos anos às relações entre Igreja e Estado no Brasil. Versando temas como a atuação e as mudanças políticas no seio da Igreja, a dependência e os compromissos desta para com o Estado e os órgãos de poder [...] os significados e as funções políticas dos movimentos messiânicos, particularmente Canudos [...], as fases do desdobrar da vida religiosa e outros, cientistas sociais brasileiros e estrangeiros chamam a atenção para a relevância desses problemas tanto para compreender os papéis que a Igreja tem representado e continua representando com crescente intensidade, para avaliar a medida em que as posições do Estado refletem aqueles relacionamentos. [...] a ‘volta ao sagrado’ fenômeno que, sendo de algum modo universal, parece de uma intensidade incomum no Brasil. Para interpretar, sobretudo o relacionamento entre as instituições seculares e religiosas (AZEVEDO: 1981).

Algumas questões estão sendo colocadas à documentação pesquisada até o momento: Como se deu a continuidade da influência do catolicismo mesmo após sua separação formal do Estado pelo decreto 119-A de 07 de janeiro de 1890? Por que, mesmo após esta separação, os acordos pragmáticos entre o catolicismo e as oligarquias continuaram a existir em diversas regiões do país? Por que, sendo a elite dirigente liberal-positivista, o catolicismo se manteve influente em áreas estratégicas como o ensino? Quais as estratégias políticas foram sendo assumidas pelo catolicismo para se reaproximar do poder?

Após uma etapa curta, mas profícua da pesquisa, algumas lacunas começam a ser preenchidas, aonde novas características para abordar este tema vão emergindo, mas em contrapartida alguns conceitos “fixos” serão descartados com a intenção de não repetir o que já foi amplamente trabalhado pela historiografia como, por exemplo, a romanização.

Para este período já foram produzidas algumas análises e uma considerável bibliografia sobre o catolicismo, no entanto, são recorrentes as abordagens que tratam da romanização como elemento basilar da reestruturação do catolicismo no Brasil, ficando a questão política quase sempre restrita ao “interior” da igreja, não relacionando sua participação a fatos e manobras políticas que uma instituição como a igreja católica pode produzir no interior de uma cultura ou de uma sociedade. Para dar conta destes embates temos uma boa documentação nos arquivos públicos e eclesiásticos, aonde um bom número de correspondências pessoais e institucionais dá o tom do jogo político, uma fonte valiosa para apreciação “pública” desta questão está nos periódicos, pois: “enquanto veículo de comunicação, não só expressa a realidade social, como é seu produto, e, nessa condição um agente divulgador das representações que seus agentes formulam sobre essa realidade, configurando-se como importante veículo formador de opinião pública” (Nunes: 2005). O jornalismo ajudava a formar a opinião pública e revelava uma estratégia eficaz para qualquer um que tivesse aspirações a uma ascensão intelectual e talvez, política.

A plasticidade do discurso do catolicismo neste período é uma característica bastante evidente, quem esperava o embate ideológico se surpreende com o que encontra nos documentos oficiais da igreja, nas declarações em correspondências particulares ou oficiais entre os dirigentes das instituições políticas e o episcopado, como se percebe nos periódicos analisados. Como demonstra a Conferência do Episcopado Brasileiro de 1915, pesquisada para a tese, a qual, em seus objetivos expressos no item 4º, dá o tom de como deveria ser a relação do catolicismo com o poder civil.

Nosso fim principal, nesta presente reunião, é melhorar e completar o trabalho que vimos fazendo desde 1901, quer na redacção, quer na ampliação doutrinal do texto. Além disto, certos assumptos há, Vós m’o ensianes, que, especificados ou não, no Schema, hão de attrahir de um modo particular nossa attenção: 1º a immuidade e preservaçãõ da auctoridade da Egreja, em todas as cousas, que dizem respeito a Religiãõ; 2º a aççãõ

das Congregações Religiosas, a qual deve ser sempre correcta e de accôrdo com as leis; 3º o incremento do Clero nacional; 4º máxima prudência, mas prudencia divina e não simplesmente humana, nas relações da Igreja com o poder civil (ALVARENGA, Manuel. *O episcopado brasileiro*. São Paulo, A. Campos, 1915.). [Sic]

Segundo Miceli: “a organização eclesiástica foi inteiramente estadualizada” e a literatura disponível apenas comenta a expansão territorial da organização eclesiástica. Assim percebemos a falta de um elo de articulação entre a história civil e a eclesiástica para a compreensão desta lacuna e o que ela implica para a sociedade. No âmbito desta pesquisa, o argumento defendido sobre o estudo das relações entre Estado e Igreja no Brasil é importante para compreender os interesses que envolvem estas instituições, mas para isso devemos também entender a proposta de Miceli.

Em decorrência do advento da República, apesar da urgência de toda ordem: política, financeira, pessoal (para reposição dos quadros eclesiásticos), o catolicismo surpreende por sua estratégia de reformulação da vida eclesiástica realizada com paciência e calculada estratégia, o catolicismo tem um interesse em tudo isso e a pesquisa pretende fazer emergir essa intenção. A política conciliadora vai ser marcante na relação até o final da República Velha. Mas o perfil da ação política da elite eclesiástica pode ser dividido em dois modelos distintos, assim como seu local geográfico, a cada situação se apresentava uma estratégia política distinta.

A reorganização descentralizada foi uma tática para retomada de prestígio e poder? Até 1890 continuavam a existir apenas 12 dioceses, 9 capitais eram sedes episcopais, após a Proclamação da República as demais capitais da federação foram convertidas em sedes episcopais, ou seja mais onze capitais naquele período se tornaram dioceses, perfazendo um total de vinte estados. Entre 1890 e 1930 foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e 3 subprefeituras apostólicas, para as quais foram designadas, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos; cabendo respectivamente ao conjunto dos estados nordestinos, a São Paulo e a Minas Gerais, os percentuais mais elevados de circunscrições e prelados, conforme aponta Sérgio Miceli em *A elite eclesiástica brasileira: 1890-1930*, publicado pelo Cia das Letras em 1988.

A criação da província eclesiástica de São Paulo com ampla [re]divisão da diocese no Estado durante a República Velha ocorreu de forma acentuada no episcopado de D. Duarte Leopoldo e Silva. Três das quatro dioceses instaladas em Pernambuco no mesmo período foram decisões tomadas ao tempo em que Sebastião Leme esteve à frente da Arquidiocese de Olinda - Recife (Miceli, op.cit., p. 59-80). A esfera de influência de D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, ocupante da sede episcopal da Paraíba durante 41 anos – gestão mais duradoura em toda República Velha – extravasou as fronteiras de seu

Estado, estendendo-se a todo o norte-nordeste, logrando indicar auxiliares de sua confiança para o Piauí, Sergipe, Pernambuco, Bahia, e Amazonas.

A proliferação de dioceses no norte-nordeste, na realidade, tinha uma função bem específica neste contexto, estancar os movimentos populares e as influências de líderes religiosos como o padre Cícero na região do Juazeiro ou, em Canudos, aniquilar o movimento do Conselheiro. No sul de Minas, as dioceses de Pouso Alegre, Guaxupé e Campanha ficaram sob a influência direta da liderança de D. Nery, bispo de Campinas, que “adotou” aquela região como área da diocese de Campinas, onde influenciou decisivamente a nomeação de prelados, velhos conhecidos que de alguma forma estiveram ligados a diocese campineira, conforme Marcus Levy Albino *Bencostta*, et al. *Memórias da educação: Campinas (1850-1960)*. Campinas: UNICAMP, 1999). Enquanto no nordeste o cinturão tinha a especificidade de coibir a proliferação dos movimentos citados acima, no sudeste a função mais provável para esta expansão pode estar relacionada ao aspecto político-econômico, seguindo os trilhos do progresso, determinado pelo traçado das ferrovias que escoavam a produção cafeeira das cidades do interior paulista e do sul de minas para o porto de Santos. Portanto, o espaço geográfico era ocupado de acordo com os interesses políticos.

As formas espaciais são produtos de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, dos usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo. Enfim, todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias [...] envolve uma finalidade (Moraes: 2005).

Não há questionamentos sobre os princípios e diretrizes político-institucionais que condicionaram este processo histórico da ocupação territorial pelo catolicismo, a elite eclesiástica brasileira foi alterando gradativamente sua política de aproximação, como acena Boris Fausto. Este autor, no entanto, não aprofunda o sentido político, o poder desta aproximação: “na maioria do clero e no conjunto da Igreja católica no Brasil, nota-se uma progressiva reaproximação em relação ao regime e à sua ideologia liberal. Bem logo são restituídas à hierarquia as marcas exteriores de prestígio e respeito”. (Fausto: 2006).

Para Boris Fausto existe espaço para se pesquisar as tensões e disputas que instituíram a república no Brasil: “esses contornos e forma assumida pela ordem política instituída pela República precisam ser mais bem descritos para que possam ser entendidos os significados da República” (Fausto: 2006). A ideologia política não foi a maior preocupação do catolicismo naquele contexto.

[...] cumpre sublinhar o sentido de oportunidade política com que as instâncias e os quadros decisórios da organização se amoldaram às diversas conjunturas regionais por ocasião da escolha dos integrantes do episcopado [...] O intento de atrair ao corpo episcopal filhos de famílias ilustres da classe dirigente [...] os educados às custas do patrocínio eclesiástico [...] descendentes de linhagens tradicionais cujas famílias se encontravam em estágio acentuado de declínio social e material e aquele poucos prelados recrutados nas ordens religiosas [...] a serviços das políticas pontificas de romanização (MICELI, Sergio; GOUVEIA, Maria Alice. *Política cultural comparada*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte/FINEP, 1985. v. 1.).

As mobilizações sociais com viés religioso “milenarista” que contestavam uma situação de opressão diante da nova ordem política vigente no alvorecer da República, como os movimentos católico-sociais (Canudos, Contestado e Juazeiro) foram marginalizados pela igreja, que desempenhou um papel chave para legitimar o poder do Estado dando seu placet para sufocar esses movimentos sociais para fossem debelados.

Um bom exemplo desta atitude foi quando o arcebispo da Bahia “entregou” o Conselheiro ao governador baiano Luis Viana. É evidente que esta leitura deve passar por determinantes políticas. A frente do governo do país estava o primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, eleito pela elite dos cafeicultores paulistas em 1894, a Igreja não queria se indispor com os governantes, neste contexto, “havia uma disputas entre civis e militares pela liderança do poder nos primeiros momentos da República” (Hermann: 2003). A Igreja, estrategicamente, manteve-se afastada destas disputas. O papa Leão XIII, em sua encíclica *Litteras Vobis*, indicou a postura que os homens do clero deveriam ter diante dos poderes constituídos e exortou à concordância e o mínimo atrito com a elite dirigente do país:

[...] entre as últimas preocupações dos católicos combater em defesa do nome cristão [...] respeitando sem dúvida na maneira devida a orientação dos bispos e com todo respeito que deve ser atribuído à autoridade civil. [...] os católicos lembrem que para a Igreja interessa muitíssimo quais homens sejam admitidos na assembléia legislativa; e, portanto, sem violar o direito das leis civis, é necessário que todos juntos se esforcem por eleger com sufrágio geral pessoas tais que unam o amor pelo Estado e o zelo provado pela religião (Leão XIII: 1894).

“Abordar um movimento político do ponto de vista de sua especificidade, relacionado com uma instituição como a Igreja Católica, coloca de saída algumas dificuldades” (Malatian: 2001). Não se pode negligenciar o papel da Igreja na disputa com o Estado para organizar a sociedade, apesar de ambos desejarem o consenso, reforçando a dominação burguesa. Arnaldo Lemos revela em seu livro “Os catolicismos brasileiros” as divergências entre a proposta do padre Julio Maria e o Cardeal Leme, o padre advogava a descida do catolicismo ao povo e sua vida infeliz, fazendo com que a instituição se

aproximasse desta realidade. Em contraposição a este pensamento o Cardeal Leme, ainda bispo de Olinda e Recife, em sua Carta Pastoral de 1916, culpa o povo pela pouca influência do catolicismo na sociedade e pela religiosidade baseada em superstições e credíncias, acreditando ser preciso instruir o povo na fé, Leme se manteve alinhado às elites (Lemos: 1996).

Outro aspecto importante nas pesquisas refere-se a questão do ensino após a separação entre o Estado e a Igreja, pois, o decreto 119-A, que definia o corte de todo tipo de subsídio financeiro às religiões, na prática continuou a existir em algumas regiões: “Sérgio Buarque de Holanda, em artigo intitulado ‘O ensino religioso em face do livre pensamento’, analisa e estranha o compromisso entre a igreja, reconhecidamente anti-liberal e um estado que continuava a fazer-se de liberal.” (Lopes: 1998). Não só na educação, mas também contando com o estreitamento da relação entre estado e igreja, no final da República Velha, propiciada pela implementação da política de neocristandade, desenhado neste período e que viria a favorecer o governo Vargas.

Certamente esse “pacto com a Igreja” era imprescindível para o governo revolucionário, pois assim como as autoridades eclesiásticas se dispuseram a apoiar as oligarquias na década de 20 para recuperar o poder político que haviam desfrutado até a queda do Império, preferem adotar atitudes semelhantes em relação ao novo regime, em troca do apoio oficial à criação de novas instituições no campo da educação e da cultura. Essa identificação da Igreja com a Nação foi constante ao longo das décadas de 1920, 30 e 40. (LOPES: 1998)

Voltando a reorganização eclesiástica, a pesquisa observa que a política de implantação das novas circunscrições eclesiásticas não respeitou apenas as fronteiras dos Estados, mas obedeceu de certa forma os limites sócio-econômicos sob a influência dos grupos dirigentes, ou que manipulava a classe detentora do poder político em cada região sócio-econômica (Miceli: 1988). Ao se tentar dar uma dimensão política a atuação da Igreja na Primeira República, deu-se, na verdade, uma dimensão partidária, fazendo com que a elite eclesiástica avançasse mais depressa do que as bases como grupo de mediação. Separada do povo e ligada mais uma vez ao poder político, do ramo do qual aflorou a maioria dos bispos, afloraram também os republicanos que produziam os políticos do país.

Os bispos divorciaram a teoria da prática, para caminhar rumo a uma reconciliação que, em um primeiro momento, pareceu incompatível até mesmo para os menos céticos. O catolicismo, ao se estadualizar, fortaleceu sua posição em cada região e propagou uma ideologia conveniente ao Estado brasileiro, provocando assim a reaproximação entre o estado corporativista a uma instituição fortalecida e reorganizada para evitar o conflito social e a desestabilização do poder.

[...] no diagnóstico da primeira república – esta concepção do conflito adquire a seguinte forma: a sociedade é vista mais ou menos como uma panela de pressão, inofensiva, ou facilmente controlável, desde que manipulada com prudência [...] no regionalismo [existem] as fontes reais de perturbações do corpo social, ele também revela que o nível de pressão nas demais linhas de clivagem, e notadamente nas relações entre classes sociais, é e deverá permanecer baixo, a menos que o exacerbe alguma interferência imprudente e artificiosa [...] dispor-se-ia ainda assim de extensa margem de manobra para o empreendimento de elaborar instituições “adequadas” para o país. [...] Dessa concepção do conflito social depreende-se facilmente que o estado “natural” da sociedade é aquele em que nenhum interesse se organiza de forma autônoma. Inexistindo no Brasil, a não ser pela Igreja Católica, entidades tradicionais importantes de caráter não estatal (Fausto: 2006).

Num país onde o protecionismo econômico e o conservadorismo de atitudes sempre estiveram presentes, o catolicismo foi encontrando terreno fértil para reinvestir todas as suas fichas numa volta ao poder. Do campo econômico ao ideológico partidário a burguesia e o Estado investiram quase sempre na conservação do poder.

Um estado de comodidade existente nas classes dominantes em relação aos interesses ideológicos partidários favoreceu a “república do café com leite” que reinou absoluta por longos anos nos governos civis da República Velha “em todas as nossas sucessões presidenciais, excetuada a de 1909, não apareceram divergências de doutrina, não se formaram interesses coletivos, ou reivindicações de classes. Apenas teses de amplitude e imprecisão inexcedíveis, para não irritar ninguém, dentro dessa enorme região amorfa, em que se travam os debates partidários no Brasil”. (Lima: 1995)

A hierarquia católica foi se organizando até atingir seu objetivo de aproximação com o poder: “a aliança entre a Igreja conservadora e a oligarquia [...] se tornou realizável porque, para além de questões mais imediatas em torno do liberalismo, positivismo e governo republicano, estava a percepção de que ambas não pretendiam alterações profundas nos quadros sociais [...] tinham um ponto em comum: a política de manutenção da ordem”, conforme Manoel; 1996.

O processo de “construção institucional” da Igreja Católica brasileira ao longo da República Velha (1890-1930) se prende, de um lado, às novas diretrizes e empreendimentos da Santa Sé durante a segunda metade do século XIX e, de outro lado, aos desafios organizacionais e condicionantes políticos que teve de enfrentar no interior da sociedade brasileira. [...] O movimento de reação eclesiástica desembocou numa série de iniciativas que, [em] longo prazo, significou o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo da concorrência ideológica, cultural e religiosa. (Miceli: 1988)

O pensamento brasileiro inclina-se por uma visão solidarista, como no corporativismo católico europeu do final do século XIX, permitindo a volta da cooperação pragmática entre esses dois poderes (Fausto: 2006).

Neste contexto, também o catolicismo começava seu movimento “silencioso” que, gestado durante toda a República Velha, era articulado pela elite eclesiástica visando promover a reaproximação do catolicismo com o poder republicano no Brasil, e sua política de reestruturação se ligava, de forma pragmática, em cada região, com os interesses dos governantes locais e foi “então a mais dinâmica frente de expansão da organização eclesiástica” (Miceli: 1988).

Apesar da cautela do catolicismo em relação aos republicanos, a hierarquia católica realizou a “estadualização do poder eclesiástico”, não perdendo contato com o poder nascente. A realidade também impôs que: não tendo mais a confusão civil-religiosa, o catolicismo se reorganizasse de acordo com seus interesses e não mais com as conveniências político-econômica do Estado. A política católica não esteve restrita ao âmbito político-partidário, mas a um movimento mais amplo que uma pessoa ou instituição pode lançar mão para disseminar sua influência entre as castas, estamentos e classes sociais que envolvem seu cotidiano. Para realizar este objetivo procuraremos demonstrar como o quadro hierárquico do catolicismo no período em questão moveu-se com paciência e destreza em cada região específica.

Logo após ter sido promulgado o texto da Constituição vozes se elevaram pedindo uma revisão imediata, reivindicação ocasionada por vários problemas que se desencadearam durante a República Velha, tais como a fragilidade do pacto federativo, a insuficiência de recursos e a discriminação de Estado para Estado, entre outros (Andrade, 1991). Enquanto o regionalismo – segundo os ideólogos estatistas – ameaçava levar o país ao desmembramento e à decomposição (Fausto: 2006), a estadualização da Igreja se estruturava e formava uma teia de relações entre as dioceses, ia se fortalecendo e alcançando o objetivo de se [re] ligar ao poder que se forjava em cada região

“[Com] a indispensável maturação do corpo social antes da efetivação de reformas ou enxertos institucionais o poder estatal forte é necessário não somente para erradicar os males do passado, cuja força de inércia só pode ser superada por uma cirurgia enérgica, como também para manter sob controle o próprio processo de mudança assegurando a sobrevivência do que porventura existia de bom [...] Trata-se de imprimir forma, de produzir estrutura e diferenciação funcional numa sociedade percebida como amorfa, amebóide [...] estaria assim na dependência de uma influência catalisadora, de uma estrutura estatal.” (Fausto: 2006). O catolicismo no corpo social foi uma influência catalisadora por estar se organizando de forma objetiva e mais consistente do que o poder político naquele contexto onde as dissensões entre os líderes surgiu gradativamente por falta de coesão.

A elite eclesiástica brasileira foi resiliente ao contexto histórico para não perder o terreno conquistado pelo catolicismo no Brasil desde o período colonial, pois o quadro político indicava esta direção a ser seguida, e, foi agindo como o contexto exigia, ou seja, sem deixar escapar a chance de manter uma convivência pacífica com o Estado até a hierarquia do catolicismo se reestruturar e voltar fortalecida ao cenário político nacional no período do Estado Novo.

As oligarquias regionais e o Estado permitiram a reaproximação da hierarquia eclesiástica durante a República Velha, mantendo a influência do catolicismo na sociedade brasileira. Portanto a pesquisa tem demonstrado que a plasticidade do discurso é um fator que contribuiu para a adaptação da hierarquia eclesiástica às mudanças político-sociais que vem ocorrendo no Brasil desde a reestruturação da igreja na Republica Velha. Assim o catolicismo conseguiu imprimir, mesmo naqueles que não confessam sua fé, certas particularidades pertencentes ao seu credo, e, ainda no século XXI figura entre as instituições de maior credibilidade no conceito dos brasileiros (Instituto Datafolha 18 a 20 de julho de 2001 aponta a credibilidade das instituições no Brasil: as igrejas católica e protestante têm 41% mídia impressa e falada 39% Judiciário 4% Governo Federal 3% Clubes de futebol 2% Congresso Nacional 1% e partidos políticos 0%).

Recebido em março/2008; aprovado em maio/2008.

Nota

* Edgar da Silva Gomes. Doutorando em história na PUC-SP, com a pesquisa intitulada *A estadualização da hierarquia eclesiástica no Brasil: política e poder na relação estado - igreja durante a republica velha (1889-1930)*, orientador: Fernando Torres Lodoño. E-mail: edgardds@uol.com.br